

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SABERES MOBILIZADOS NO ENSINO SUPERIOR:  
UM OLHAR PARA OS DOCUMENTOS “OFICIAIS”**

Patrícia Elaine Pereira dos Santos – UFRJ

Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações”. (Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação?*, p.36).

O propósito neste texto é explorar os diferentes sentidos da interface universidade/ extensão fixados em alguns textos políticos e acadêmicos que circulam e /ou são incorporados pelas políticas educacionais voltadas para o ensino superior. Essa opção de recorte se justifica pelo fato de essa vertente acadêmica da cultura universitária ser, neste estudo, o objeto de investigação privilegiado e simultaneamente, carregar um potencial subversivo no que tange ao processo de produção e distribuição do conhecimento acadêmico. Importa sublinhar que a perspectiva de entender a extensão universitária como um espaço ambivalente não é uma lógica que se afirma para todos os autores. Todavia, diante dos estudos e referenciais apontados na escrita desse texto, é importante trazer para a discussão outras apostas e definições que circulam no espaço das produções acadêmicas.

Nessa perspectiva, a universidade é concebida como um sistema discursivo e como tal, perpassado por múltiplas tensões políticas que estruturam o social em um movimento contínuo e contingencial (MENDONÇA, 2008; BURITY, 2010). O desafio de pensar esta instituição estreitamente imbricada às relações assimétricas de poder tem sido enfrentado de forma consistente e diferenciada em estudos como por exemplo os de Silva (2002); Frantz & Silva (2002); Santos (2005); Ferreira & Gabriel (2008); Gabriel & Moehlecke (2006); Benincá (2011) apontando para a pertinência de redefinição do papel social e político da universidade face às demandas de direito presentes na agenda política contemporânea.

Santos (2005) assinala três crises que colocam em xeque o papel epistemológico e político historicamente legitimado dessa instituição incitando a reflexão acerca da identidade assumida pela mesma em meio às lutas hegemônicas que marcam nossa contemporaneidade. São elas: a crise institucional, a crise de hegemonia e a crise de legitimidade. As manifestações de cada uma dessas crises podem ser percebidas no âmbito das instituições do Ensino Superior no Brasil. Tendo em vista, contudo, o estudo

aqui proposto, interessa-me mais particularmente dialogar com as contribuições deste autor referentes às duas últimas crises mencionadas<sup>1</sup>.

No que se refere à crise da hegemonia, Santos (2005) a define como sendo o resultado do enfraquecimento dos discursos historicamente hegemônicos que atribuíam a esse espaço o monopólio da produção e divulgação do conhecimento científico validado socialmente. Em tempos de reestruturação da ordem do capital acarretando a emergência de novas exigências do mercado<sup>2</sup>, a universidade se encontra hoje, face às contradições existentes entre as suas funções epistemológicas tradicionais e a necessidade de satisfazer demandas e interesses econômicos que afetam diretamente sua posição preponderante no processo de desenvolvimento tecnológico e científico do país. Essa situação faz com que o Estado bem como os demais agentes econômicos procurem atingir seus objetivos e satisfazer seus interesses por meio de mecanismos que se encontram "fora" da instituição. Desse modo, a universidade deixa de ser a única instituição que detém o domínio do ensino superior e a produção de pesquisa. Como afirma Santos (2005):

Algo de mais profundo ocorreu e só isso explica que a universidade, apesar de continuar a ser a instituição por excelência de conhecimento científico, tenha perdido a hegemonia que tinha e se tenha transformado num alvo fácil de crítica social. Penso que na última década se começaram a alterar significativamente as relações entre conhecimento e sociedade, e as alterações prometem ser profundas ao ponto de transformarem as concepções que temos de conhecimento e de sociedade. (idem, p.39)

A crise da hegemonia tal como entendida por Santos, me parece importante de ser retomada como um dos argumentos para justificar a pertinência da universidade pensar sobre a sua função epistemológica, o que, de certa forma significa, repensar os conhecimentos acadêmicos que ela produz e legitima. O que está em jogo no enfrentamento dessa crise, é a capacidade dessa instituição em simultaneamente preservar-se como espaço produtor de conhecimento científico e simultaneamente fazer

---

<sup>1</sup> A crise institucional tem relação com o debate sobre autonomia da universidade, critérios de eficácia e produtividade na manutenção de um modelo universitário.

<sup>2</sup> O debate sobre mercado e universidade pública pode ser visto nos estudos de Roberto Leher (2009, 2010), quando faz uma crítica ao modelo capitalista/e de globalização que rodeia as condições educacionais no ensino superior, em que se relaciona conhecimento e trabalho. Tal discussão sobre mercado é demarcada pela sociedade do conhecimento e a promoção de modelos institucionais diretamente envolvidos pelo social, onde o debate da igualdade é relacionado pela meritocracia. Perspectiva que promove condições desiguais e segregação. A discussão de universidade e mercado está demarcada pela questão do financiamento, a qualidade da educação, organização e modelos curriculares e autonomia universitária. O autor enfatiza a necessidade de construir uma agenda política que desestabilize esses modelos opressores, a partir da mobilização social e um modelo que rompa com a estrutura de poder hierarquizado.

a gestão da relação estabelecida com espaços “de fora”, sem a qual, como toda instituição social, ela não se mantém.

O desafio posto para a universidade no que se refere a sua interlocução com os espaços “de fora” é acirrado pela “crise de legitimidade” de que nos fala Santos. Segundo esse sociólogo, essa crise é provocada pela perda do consenso sobre a natureza e o sentido do conhecimento acadêmico historicamente legitimado pela cultura universitária como sendo válido para configurar os currículos acadêmicos. Afinal a que interesses esse conhecimento acadêmico tem satisfeito? Em um cenário político no qual às demandas de igualdade endereçadas às instituições de formação se articulam as demandas de diferença<sup>3</sup>, não caberia se questionar que currículo, que conhecimento legitimar para qual universidade?

Desse modo, estas duas crises - a da hegemonia e a da legitimidade - colocam em evidência o questionamento sobre o sentido de universidade, as relações que são estabelecidas dentro e fora dela, os conhecimentos que sustentam a sua legitimidade, contribuindo com o questionamento sobre quais conhecimentos podem ser consideradas relevantes para a profissionalização, à universalização dos seus espaços e a construção de um projeto democrático amplo que resulte da articulação das demandas formuladas por diferentes grupos sociais.

Na mesma ordem de reflexão estudos relativamente recentes (SOUZA e SILVA, 2011; GABRIEL, 2009) apontam para uma mudança no perfil do estudante universitário, especialmente se for comparada ao modelo originalmente elitista da universidade. Tal transformação nas últimas décadas tem provocado e desafiado a Universidade a repensar seus objetivos e seu papel. Desse modo, o debate sobre acesso e permanência nas IES dos estudantes de classes populares, na maioria das vezes - em função do nível de escolaridade dos pais - pertencentes ao grupo de estudantes chamados de “primeira geração universitária”<sup>4</sup> torna-se atual e pertinente e afeta

---

<sup>3</sup> Em recentes estudos, Gabriel e Frazão (2012) destacam a expressão “demandas de diferença” para nomear o conjunto de reivindicações formuladas diante dos movimentos sociais presentes no cenário político contemporâneo, e estão relacionadas à questão de pertencimentos identitários, no campo discursivo. Junto às demandas históricas de igualdade, as demandas de diferença emergem no debate político mais recentemente e configuram as demandas de direito.

<sup>4</sup> Souza e Silva (2011) no livro “Por que uns e não outros?” se refere ao debate da *primeira geração universitária*, ao pontuar que a superação de dicotomias como subjetividade / objetividade, micro / macro contribui com outra forma de olhar para o rigor científico e o estudo sistemático do real, possibilitando dar conta de relações sociais estabelecidas e a ausência de referências universais doutrinárias, resulta em produções recentes que revitaliza e abre espaços para outras formas de conceber os sujeitos e suas inserções nas instituições educacionais. Dentre essas possibilidades, a primeira geração universitária

diretamente à gestão, por parte dessa instituição, das crises de legitimidade acima mencionada.

É, pois em uma conjuntura de crises que as lutas hegemônicas em torno da fixação do sentido de extensão estão sendo travadas. Entender o papel exercido pela extensão na gestão dessas crises e na satisfação dessas múltiplas demandas que envolvem a questão do conhecimento me parece pois, uma porta de entrada instigante para o debate sobre democratização da universidade.

Essa escolha se justifica pelo fato de essa prática extensionista, desde sua emergência no universo acadêmico, ter sido associada à função social para além dos muros universitários e significada como espaço de intervenção – lugar de propor ações. Como nos aponta Silva:

A extensão seria, então, a expressão do compromisso social do próprio conceito de universidade, sendo uma concepção que se origina no momento em que é adotado o modelo de universidade, no momento em que ela é construída ou que se queira dar-lhe objetivos sociais, políticos e culturais. (SILVA, 2002, p.106)

Problematizar o papel da universidade e sua função social nos remete diretamente à questão dos sentidos e do lugar que a extensão ocupa nesse contexto. Em tempos em que emergem discursos que significam a universidade como um espaço diverso, complexo e plural, e questiona-se a forma como esta seleciona e organiza o conhecimento científico, torna-se importante analisar as especificidades institucionais,

Como tenho explicitado, pensar o lugar da extensão, neste trabalho, requer um direcionamento também para a questão do conhecimento entendendo que a universidade é um espaço de produção e negociação de saberes.

Desse modo, me proponho evidenciar os discursos que mobilizam sentidos da interface extensão-universidade produzidos e homogeneizados nos documentos do FORPROEX<sup>5</sup>. Esse espaço discursivo tão importante para construir relações e sentidos em torno da extensão universitária.

### **Contextualizando o espaço de produção**

O Fórum dos Pró-Reitores das Universidades Públicas Federais (FORPREX) foi criado em 1987, em reunião na UnB, a partir do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

---

demarcada por um contexto histórico e social de adversidade no que se refere ao perfil social no ensino superior.

<sup>5</sup> Fórum de Pró-Reitores das universidades públicas

se define como uma entidade que articula e define políticas de extensão na universidade (CORRÊA, 2007), com o compromisso de transformação social e o exercício da cidadania, em busca de fortalecer a democratização.

Dentre os objetivos do FORPREX, (CORRÊA, 2007) destacam: propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das pró-reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras ; manter articulação permanente com representações dos dirigentes de instituições de educação superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas; incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras.

O período compreendido entre 1993 e 1994 é marcado por um importante momento de diálogo e articulação entre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e a Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC, a partir do Departamento de Política do Ensino Superior (DEPES). A SESu cria, em abril de 1993, a Comissão de Extensão Universitária, com o objetivo de elaborar programas específicos que definisse princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão nas IES.

Esta Comissão foi incorporada ao Fórum, entendido até hoje como instância importante para difundir políticas de extensão, e que teve como um dos principais desafios a validação do Programa de Fomento à extensão universitária (PROEXTE<sup>6</sup>). Destaca-se também como atuação desse coletivo a elaboração, nos últimos 10 anos, de diferentes documentos, como: Plano Nacional de Extensão, Flexibilização Curricular e um terceiro denominado: A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Esses três documentos fazem parte de uma coleção com seis temas organizados pelos Pró-reitores com objetivo de facilitar o acesso aos documentos sobre a extensão universitária.

---

<sup>6</sup> Inaugurado em 1993, em parceria do Fórum com Ministério da Educação, o PROEXTE se constitui de conceitos e perspectivas adotadas pelo FORPREX, sendo difundido como prática acadêmica que se relaciona com ensino, pesquisa e demandas sociais, em busca do compromisso social da universidade. Este programa foi instinto pelo MEC, e como estratégia de manter um espaço legítimo da extensão, o Fórum decidiu elaborar um documento que apontasse as políticas e diretrizes adotadas desde 1987, sendo também entendido como base para novas possibilidades de fomentos para extensão.

### **Sentidos de "extensão universitária" fixados nos documentos.**

Com intuito de dar continuidade à temática da extensão, foco olhar para os documentos que circulam como oficiais<sup>7</sup> e estão diretamente relacionados ao grupo e instituições que se organizam para constituir o debate. Desse modo, nesta seção apresento cinco documentos produzidos no âmbito do Fórum de Pró-reitores de Extensão - FORPREX<sup>8</sup>.

O Plano Nacional de Extensão, lançado em 1999<sup>9</sup>, pode ser considerado como o elemento principal na constituição do debate sobre a extensão no momento que a mesma se legitima junto ao órgão federal – MEC/SESU - e pactua perspectiva de entendimento entre/para as universidades. Essa versão do plano é constituída de quatro partes importantes, a saber: um breve histórico que pontua os caminhos da extensão, a participação dos movimentos sociais e mudanças nas concepções de extensão; a definição de extensão e o processo de institucionalização; os princípios, objetos e metas do plano nacional, permeado pelas áreas temáticas e financiamento da extensão; a quarta parte traz informações sobre a estrutura organizacional e de gestão do Fórum de Pró-reitores de Extensão.

Tanto o Plano quanto dois outros documentos que serão apresentados mais adiante, foram lançados em uma coleção denominada “Extensão Universitária”<sup>10</sup> como uma estratégia de facilitar o acesso aos documentos que eram produzidos pelo Fórum. Esse procedimento foi possível diante do projeto editorial de algumas universidades que se dispuseram a partir da Pró-Reitoria de Extensão.

O segundo documento denominado “A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão”, editado em 2006 faz parte de um intenso debate iniciado em 1987 sobre flexibilização e indissociabilidade e seus efeitos para a reflexão acerca do compromisso

---

<sup>7</sup> Vale destacar que o processo de produção desses documentos oficiais foi desenvolvido a partir de pequenos dados e pesquisas que foram se constituindo como elementos maiores na organização das informações. Mesmo com acesso aos pequenos textos aqui pontuo aqueles que se tornaram oficiais, com acesso ao grande público que trabalha e discute sobre extensão universitária.

<sup>8</sup> Dessa forma que passo a utilizar a sigla ao fazer referência a este fórum.

<sup>9</sup> O documento que trabalho é datado de 2001, quando feita a revisão para a versão em livro. Disponível em <http://mec.gov.br/sesu/planonaex>. Uma nova versão tem sido apresentada, com alguns documentos disponibilizados em sites das universidades, a saber: em formato de decreto a ser aprovado na Câmara <http://pdi.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/Plano-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-2011-2020.pdf> . Além de um novo documento organizado pelo FORPREX em versão preliminar [http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=20](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20).

<sup>10</sup> Coleção disponível no site do FORPREX [http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=20](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20)

social da universidade pública e do fortalecimento da extensão universitária. Esse documento está organizado em três capítulos: no primeiro um histórico sobre ensino superior e extensão, com os aspectos jurídicos e produções do FORPREX; em seguida, apresenta os caminhos da universidade como um processo de transformação, em especial no que se refere à concepção de currículo que incorpora a questão da flexibilização curricular e da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; a última parte pontua algumas experiências desenvolvidas pelas universidades, com intuito de se tornarem eixos norteadores.

Outro documento “Extensão universitária: organização e sistematização”, de 2007, apresenta o debate sobre a extensão a partir do sistema de dados e informações com base em um relatório das áreas temáticas, linhas e ações aprovado em 2005; o segundo movimento se refere as principais informações sobre o debate da extensão universitária brasileira como metas, linhas, ações, avaliação que se insere em boa parte dos documentos aqui analisados. Uma perspectiva interessante presente neste terceiro documento consiste no enfrentamento do debate sobre produção acadêmica. Esse documento também sinaliza elementos da política nacional de extensão que posteriormente tornou-se uma proposta melhor desenvolvida em documento único.

A “Política Nacional de Extensão<sup>11</sup>” é o quarto documento que considero relevante para a análise. Foi lançada em 2012, e construída durante os três últimos anos. É nomeada como resultado de uma sistematização do coletivo das universidades públicas a partir da organização do FORPROEX<sup>12</sup>. É considerado como um convite para que professores, alunos e técnico-administrativos da universidade tenham acesso ao material, e dessa forma possam contribuir na formulação, implementação e avaliação das ações que envolvem a extensão universitária. O referido apresenta e discute conceitos, princípios e diretrizes com intuito de ser tornarem referências para a extensão na universidade, sem perder de vista o princípio da autonomia universitária.

Esse quarto documento aponta dois avanços em relação à extensão universitária: um indicativo à institucionalização resultante do regulamento constitucional sobre a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e Extensão, junto a LDB que identifica as

---

<sup>11</sup> Também disponível no site do FORPREX

[http://www.renex.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=20](http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=20)

<sup>12</sup> Importa perceber que o processo de construção desse documento ocorreu em fases, a saber: versão preliminar a partir das discussões do Plano Nacional de Extensão em novembro de 2009. O segundo momento o documento foi amplamente discutido durante o XXVII Encontro Nacional em 2010. A terceira fase ocorre com as novas contribuições e aprovação do documento em maio de 2012.

atividades extensionistas como curriculares. Tal feito é regularizado no Plano Nacional de Educação de 2001-2010, com validação de 10% dos créditos curriculares atribuídos a atividades de natureza extensionista. Todavia, algumas universidades, com posturas elitistas e conservadoras impedem a efetivação desse aspecto legal. Como podemos ler no documento.

Muitas vezes, verifica-se a normatização da creditação curricular em ações de Extensão, mas restrições em sua implementação. O mesmo descompasso é verificado quanto à inserção de ações extensionistas nos planos de ascensão funcional e nos critérios de pontuação em concursos e à consideração dessas atividades na alocação de vagas docentes. Nesses aspectos, também em algumas Universidades ou departamentos, o preceito constitucional e a legislação referida à Extensão Universitária não têm tido qualquer efeito sobre a vida acadêmica. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 15).

O segundo avanço diz respeito ao investimento na extensão por meio de programas a partir de recursos do Governo Federal, sendo dois desenvolvidos pelo Ministério da Educação. O primeiro denominado de Programa de Extensão Universitária (PROEXT)<sup>13</sup> que tem crescido na quantidade de recursos investidos e ações a serem desenvolvidas – atualmente cerca de 15 ações. O segundo, diante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), é o Conexões de Saberes<sup>14</sup> que desde 2005 tem sido implementado nas universidades federais, e recentemente ao assumir a parceria com a Secretaria de Educação Superior (SESU) foi reformulado junto ao Programa de Educação Tutorial, renomeado de PET/Conexões.

No que se refere ainda sobre os documentos da extensão universitária, aponto o “Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004” que faz parte de uma pesquisa maior denominada Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil<sup>15</sup>.

Trata-se de uma análise comparativa realizada pelo FORPREX, em 1993 a partir de um levantamento sobre as concepções de extensão que se faziam presente na época, a saber: Função de articulação entre a Sociedade e a Universidade (a mais respondida);

---

<sup>13</sup> Este programa foi implementado em 1993, originalmente como Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE). Foi interrompido em 1995, retomando com nova nomeação em 2003.

<sup>14</sup> Programa que discute acesso e permanência de estudante de origem popular nas universidades públicas federais.

<sup>15</sup> Esta pesquisa tem como objetivo a realização de um grande diagnóstico sobre a extensão universitária no Brasil, a partir de uma metodologia organizada pelo grupo da avaliação institucional. Contudo, este trabalho não foi finalizado até o momento.



Função que leva a Universidade ao cumprimento de sua missão social; Função de prestação de serviço por parte da Universidade; Função de politização da Universidade; Função de alimentação/retroalimentação do ensino e da pesquisa; Função de articulação do ensino com a pesquisa<sup>16</sup>.

Tal levantamento retomado em 2004 assinala para a presença da maioria dos sentidos de extensão já pontuados há dez anos antes: Articulação entre a universidade e a sociedade; Articulação do ensino; Articulação da pesquisa; Promoção de interdisciplinaridade; Transmissão do conhecimento produzido pela universidade; Prestação de serviços; Cumprimento da missão social da universidade<sup>17</sup>.

Se compararmos os levantamentos realizados em épocas diferentes (1993 e 2004) é possível destacar que dois sentidos de extensão mais recentes não aparecem no trabalho realizado nos anos 90. Extensão como: "promoção de interdisciplinaridade" e como "transmissão do conhecimento produzido pela universidade", temáticas que estão diretamente relacionados às discussões propostas aqui. Além disso, um outro aspecto merece ser destacado e que diferencia os dois levantamentos diz respeito ao sentido de extensão associado à função de politização da universidade diretamente relacionada à necessidade de construir um documento político em que o debate da extensão estivesse registrado.

Os sentidos pontuados pelas pesquisas são de extrema importância para pensar a relação que cada universidade estabelece com o entendimento da extensão e seus fazeres, além da própria discussão a ser apontada no coletivo de Pró-reitores de Extensão. No que se refere ao entendimento e sentido de extensão universitária, o FORPREX pontuou uma definição:

“A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento”.  
(Plano Nacional de Extensão, 2001, p. 29-30)

---

<sup>16</sup> Estas funções foram retiradas de um quadro comparativo sobre o perfil da extensão universitária de 1995 situada no segundo capítulo do referido projeto comparativo.

<sup>17</sup>Retirado do Diagnóstico da Extensão Universitária no Brasil de 2005, situada no segundo capítulo do referido projeto comparativo.

Importa sinalizar que neste exemplo, a proposta de extensão apontada traz a perspectiva da troca entre saberes que serão sempre valorizados num movimento híbrido de dentro e para fora da universidade. A “via de mão-dupla” surge de forma mais propícia a assegurar uma liberdade de conhecimento e experiências à comunidade acadêmica.

A referida concepção esteve presente nos documentos até a publicação do mais recente Plano Nacional de Extensão. Neste documento, o FORPROEX ressalta uma nova definição de extensão amplamente discutida durante 2009 e 2010. Desse modo, essa nova proposta é apresentada como:

“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 16).

Esta política explicita que o conceito tem relação com a forma que a universidade se insere na sociedade nos últimos anos, com uma proposta que as transformações ocorrem tanto na universidade quanto na sociedade, e a importância em assumir uma postura como prática acadêmica desenvolvida indissociável ao ensino e pesquisa.

Tal perspectiva demonstra a entrada de outros sentidos como sinalizado na pesquisa comparativa em que a palavra interdisciplinar passa a integrar a cadeia de equivalência definidora de extensão, desde 2004. Nesse contexto, o debate da interdisciplinaridade se tornou importante para o entendimento e fixação do sentido de extensão universitária.

Sobre a discussão de extensão e conhecimento, que se insere diretamente no escopo deste texto, o Plano Nacional de Extensão investe em sentidos de conhecimento que circulam na universidade:

A produção do conhecimento, via extensão, se faz na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade . (Plano Nacional de Extensão, 2001, p.30)

Essa definição abre pistas interessantes para se pensar sobre outras bases a interface extensão/ conhecimento, pois abarca sentidos que estão para além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) - já apontando para uma concepção de universidade em que a relação com a população passava a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica.

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade.

Como sinaliza o trecho da Política Nacional de Extensão:

Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 17)

Essa perspectiva cada vez mais difundida, mas ainda pouco organizada nas estruturas universitárias, também está presente nos debates sobre flexibilização curricular e indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, abrindo pistas para pensar em dois movimentos considerados relevantes para a extensão e difundidos em seus documentos: a interação dialógica e a produção acadêmica.

No que se refere à interação dialógica, o documento da organização e sistematização pontua que está sendo entendida a partir do desenvolvimento de relações entre universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo. Reforça a perspectiva de ação de mão-dupla, de troca de saberes, de superação do discurso da hegemonia acadêmica que estende a sociedade o conhecimento acumulado pela universidade. Espera-se uma relação com os movimentos sociais que supere a desigualdade e exclusão.

Todavia, no processo de justificar a ausência da interação dialógica o discurso apresentado reforça aquilo que está sendo negado de forma veemente no trecho acima como discurso hegemônico da academia:

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer”. (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 12)

Um dos caminhos ponderados pelo texto da Política Nacional de Extensão sobre caminhos possíveis para não se tornar contradição o que está descrito na interação dialógica, são as metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, evidenciado a participação de não universitários na produção e difusão. Diante desse perfil parece profícuo pensar também na apropriação dos sujeitos junto as ações organizadas na universidade, inserir uma perspectiva de extensão para dentro em que haja participação efetiva da sociedade não apenas como integrantes, mas também protagonistas do processo democrático.

Sobre o eixo da produção acadêmica, o texto sobre a organização e sistematização da extensão pondera que a relação do conhecimento com a universidade reafirma a extensão como processo acadêmico. “Toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento”. (Extensão universitária: organização e sistematização, 2007, p.18).

Na publicação de “Extensão: organização e sistematização”, a perspectiva de que o estudante universitário é protagonista de sua formação, a obtenção de competências necessárias à atuação profissional, e de formação cidadã, pode ser evidenciada. O debate da formação está voltado para os alunos da universidade, seria apenas esse o público necessário de formação diante do debate da extensão universitária? A formação fica restrita ao conhecimento a ser aprendido por um grupo específico?

As publicações e registros da extensão são os produtos acadêmicos<sup>18</sup> que fazem parte das produções gerais da universidade, reconhecidos como produção científica,

Uma das dificuldades de identificação da origem em ações de extensão é que elas são, geralmente, incluídas como produção científica, nos sistemas de registro em uso nas universidades e agências”. (Extensão Universitária, 2007, p.43)

---

<sup>18</sup> A produção do conhecimento é organizada de acordo com as áreas temáticas do CNPq, a saber: Comunicação, Meio Ambiente, Cultura, Saúde, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Educação, Trabalho.

O documento salienta que essa questão deverá ser discutida, para que se possa, por algum instrumento, identificar a produção gerada nas ações de extensão. Há um entendimento que a extensão deveria organizar seu próprio modo de publicar e legitimar suas produções. O reconhecimento dos trabalhos da extensão em espaços próprios e reconhecidos.

No documento a *Política de Extensão Universitária* destaca-se essa discussão da formação e publicação acadêmica de forma associada, permeando posições em que seja inserida a pós-graduação nas ações extensionistas. Embora enfatize a participação dos estudantes, a lógica do conhecimento a ser incorporada nos programas de pós-graduação, enfatizando a qualificação tanto da extensão quanto dos mestrados, doutorados e especializações. Outra vertente complementar identificada são as produções a partir de atividades e ações da extensão. Os produtos gerados a partir de teses, dissertações, livros, artigos sejam tão valorizados quanto filmes, eventos e produções artísticas e culturais.

Vale destacar que o debate sobre o conhecimento acadêmico é de suma importância para o entendimento do que se propõe a universidade no que se refere ao trabalho de extensão. Todavia, no discurso sobre formação e produção acadêmica não é suficiente que seja elevado apenas a participação dos estudantes, mesmo ao incluir a pós-graduação. A busca do processo democrático ocorre em diferentes instâncias e sujeitos, desconstruindo uma perspectiva de hierarquia e poder centralizado.

### **Alguns alinhavos parciais**

Nesse texto, procuro pensar uma possível reelaboração de conhecimentos acadêmicos que possam ser legitimados no espaço da universidade que desse modo participem do processo de hegemonização<sup>19</sup> em torno do sentido de extensão universitária. Desse modo, as concepções de extensão na luta pelo processo de hegemonização estarão revestidas de alguns conceitos que estão em constante reelaboração para fixar provisoriamente seus sentidos. Reconfigurando aqui a idéia da extensão universitária como um espaço ambivalente e subversivo produtor de políticas de currículo.

---

<sup>19</sup> Diante do quadro da teoria social do discurso, o processo de hegemonização, luta hegemônica ou hegemonia se refere às estruturas de significação, aquilo que ganha sentido provisório diante da perspectiva de universalização discursiva, mas que se reveste de produzir outros universais e antagônicos como estratégia de outras articulações discursivas e novos outros sentidos hegemônicos.

Concordo assim com Santos (2005) quando ele defende que a extensão precisa assumir um papel mais central na universidade, influenciando na carreira docente e no currículo. Nessa perspectiva a extensão universitária participaria ativamente do processo de construção e aprofundamento da democracia, da luta contra exclusão social e na defesa da diversidade cultural, consideradas como pautas políticas relevantes dentro da universidade.

Com efeito, para Santos (idem), a universidade deveria se remeter a uma proposta intensamente democrática dentro da universidade, na qual possa haver apoio solidário para pensar a solução de problemas como exclusão e discriminação sociais, permitindo a participação ativa dos grupos excluídos e discriminados. Esse tipo de entendimento também está presente nas reflexões de Rocha (2001) que conclui seu texto reafirmando a importância em reordenar modelo de extensão que se aproxime discentes e população como atores mais ativos, com objetivo voltado para sociedade mais justa e humana.

A hipótese que defendo é que a fixação de extensão em meios às lutas de significação implica em problematizar os sentidos de conhecimento acadêmico. Logo, há possibilidade de repensar a universidade, conhecimento e lugar da extensão universitária, no que se refere ao que denomina de *projeto democrático radical e plural* (LACLAU e MOUFFE, 2005) que implica na mobilização de lógicas políticas (da diferença e da equivalência) em meio às lutas pela significação de outros sentidos possíveis. A importância em olhar para extensão como uma proposta de democracia radical, em desconstruir os saberes propostos para repensar outros.

#### Referência bibliográfica

BENINCÁ, Dirceu (org). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BURITY, Joanildo A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de & RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2008, p. 35-51.

CORRÊA, Edilson José (org). **Extensão Universitária: organização e sistematização**. FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FERREIRA, Marcia Serra; GABRIEL, Carmen Teresa. Currículos Acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputa. In: **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v.9, n. esp., p.185-200, out. 2008.

FRANTZ, Walter & SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade**. O papel da extensão e a questão das comunitárias. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/ SESu, 2006.

GABRIEL, C. T. & MOEHLECKE, S. Conexões de Saberes: uma outra visão sobre o ensino superior. **Revista Contemporânea de Educação**, n.2, Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/revista/indice/numero2/artigos/smoehlecke.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2007.

GABRIEL, C. T. **Currículo e Democratização da Universidade Pública: notas de uma pesquisa em curso**. IX Encontro de pesquisa em educação da região sudeste. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. Cd room UFSCAr, 2009.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2005.

LEHER, Roberto (org). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas**. Rosario : Homo Sapiens Edição, 2010, 380 páginas.

LEHER, Roberto. **'Fast delivery' diploma: a feição da contra-reforma da educação superior**. [http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Artigo\\_n25](http://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Artigo_n25) . Acesso em 06/05/2009.

MENDONÇA, D. & RODRIGUES, L.P. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D. & RODRIGUES, L.P. **Pós estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p.25- 33.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XX: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria das Graças Martins da. **Extensão: Função Social da Universidade?** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 01/08/1999.

SOUZA e SILVA, Jailson. **Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para universidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011, 2ª.edição